

EDITORIAL

A *Revista Exitus* é uma publicação semestral do Instituto de Ciências da Educação ICED/UFOPA, tendo como metas incentivar o debate e propiciar a divulgação da produção científica, como veículo de diálogo permanente entre os profissionais desta área. Assim, seu projeto editorial visa contribuir para a difusão do conhecimento na área da educação, por meio de temáticas regionais, nacionais e internacionais, mas sempre buscando contribuir para a incorporação da produção amazônica na agenda acadêmica e científica, de forma propositiva.

Políticas de formação docente, práticas docentes e avaliação são as duas temáticas que compõem este número da revista. Trata-se de temas que cercam o cotidiano do profissional da educação. E em consonância com sua proposta editorial, a *Revista Exitus* reitera as seguintes seções: Conferência, Artigos e Resenha.

O propósito da seção Conferência é oportunizar o contato direto com pesquisadores/autores, ampliando os debates e as reflexões sobre as principais temáticas que estão presentes na área da educação. A conferência publicada neste número, ministrada por ocasião do lançamento da *Revista Exitus*, refere-se aos desafios quanto à produção e à difusão do conhecimento, sendo nosso convidado o professor doutor Anselmo Alencar Colares, coordenador do Programa de Pós Graduação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Na seção Artigos, foram publicadas neste Número Cinco análises diretamente vinculadas à política de formação docente, seguido de oito textos que abordam as práticas docentes e avaliação. Os artigos contemplam diferentes concepções teórico-metodológicas e refletem pontos de vista que permitem ao leitor aproximar-se das temáticas mais relevantes da educação nos debates atuais como, por exemplo, as mudanças na organização escolar e as políticas de formação docente.

No primeiro artigo IDEB, AS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E NO TRABALHO DOCENTE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB, de Andréia Ferreira da Silva e Patrícia Rocha de Brito Lira, são apresentados resultados de uma pesquisa que analisou os impactos da divulgação do Ideb na organização

escolar e na organização do trabalho docente em uma escola municipal de Campina Grande/Paraíba. Os dados coletados revelam que a divulgação do Ideb tem interferido na organização escolar e no trabalho docente. Os autores observaram, dentre outros, que a ampliação dos exames nacionais de avaliação, mais especificadamente, a Prova Brasil e o Ideb têm contribuído para melhoria dos processos referentes ao desempenho dos alunos ao serem avaliados mediante testes.

Andréia da Silva Quintanilha Sousa e Betânia Leite Ramalho discutem, no texto *POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E A MODALIDADE A DISTÂNCIA: PONTOS PARA REFLEXÕES*, o papel da educação à distância na formação dos professores da educação básica. Enfatizam que o discurso da “democratização” do acesso ao conhecimento, via ambiente virtual, não pode perder de vista que há interesses mercadológicos que impulsionam e justificam a modalidade à distância enquanto política educacional. Destacam que as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) demandam análises mais profundas dos seus pressupostos e dos modos pelos quais suas contradições serão resolvidas no contexto da formação de professores.

No artigo *EDUCACIÓN Y AFRODESCENDENTES: HACIA UN BALANCE EN MATERIA DE POLÍTICAS EDUCATIVAS*, Silvina Corbetta e Vanesa D’Alessandre discutem a inclusão social e o reconhecimento étnico dos indígenas e afrodescendentes, constituindo um novo cenário regional. O artigo se propõe a identificar os avanços ocorridos na última década no qual diz respeito ao acesso e permanência escolar da população afrodescendente em cursos de graduação, compreendendo também os conflitos que se fazem presentes nesta interação. Partindo da compreensão sobre a Colômbia e a República Dominicana, revelam as similitudes com o Brasil e apresentam tendências para a América Latina. Concluem que existem importantes ganhos em matéria educativa: avanços no cumprimento do direito à educação básica, em matérias normativas, e no empoderamento das organizações sociais.

O texto de André Luiz Sena Mariano, intitulado *A APRENDIZAGEM DA DOCÊNCIA NO INÍCIO DA CARREIRA: QUAL POLÍTICA? QUAIS PROBLEMAS?* aborda o início da docência, assumido como um processo contínuo de aprendizagem a partir dos resultados de pesquisas produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação em educação do Brasil. Destaca que a política existente no início de

carreira é a do aprender sozinho, responsabilizar-se sozinho pelo seu desenvolvimento profissional. Falta uma política que assuma o estabelecimento de elos entre a formação inicial, o início de carreira e a formação continuada.

Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, no artigo **ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: AS PARCELIAS PÚBLICO-PRIVADAS**, apresenta três reformas administrativas no Brasil, que podem ser consideradas como um marco importante na conformação atual do Estado. A primeira denominada de burocrática, porque implantou um novo modelo de Estado, o racional-legal burocrático. A segunda, estabelecida em nome da desburocratização. A terceira também teve como um dos seus principais argumentos romper com a burocracia, com o patrimonialismo, com o atraso, com a ineficiência e a improdutividade da máquina estatal, com a defesa de um modelo de administração pública denominada de gerencial, afinada com princípios do mercado, em nome da maior eficiência, agilidade e modernização, incorporando a presença de novos protagonistas na relação Estado e sociedade, nas atividades consideradas não exclusivas do Estado, onde se inscrevem a área social, em especial a educação, por intermédio das parcerias público-privadas. Revela que tais parcerias não vêm demonstrando ganhos em termos de democratização das relações de poder, nem ampliação dos direitos de cidadania. Ao contrário, estão, em tese, reforçando o individualismo, a competição.

Num segundo eixo de análise, destacam-se significativas discussões sobre práticas docentes e avaliação.

Maria Leticia Nascimento, no artigo **DO SUBSTITUIR E COMPENSAR PARA O EDUCAR E CUIDAR: A CONVERGÊNCIA DA HISTÓRIA, DA PESQUISA E DA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**, registra as conquistas acerca da educação infantil. Destaca que o movimento em torno da pequena infância, resultado da ação de diferentes segmentos sociais, provocou um olhar mais atento para a educação infantil, visibilizando diferentes aspectos que a constituem, da formação inicial de professoras e professores aos espaços e tempos das crianças nas instituições; da demanda ao financiamento; do substituir e compensar ao educar e cuidar. Busca localizar essa visibilização da pequena infância nas instituições de educação infantil apresentando um breve histórico sobre as creches, os jardins de infância e os par-

ques infantis, para, em seguida, considerar aspectos da pesquisa sobre as crianças pequenas, e, depois, inventariar a legislação pertinente. Para finalizar, recupera as contradições presentes na convergência dos três aspectos – história, pesquisa e legislação.

No artigo, FORRÓ ELETRÔNICO: UMA QUESTÃO DE GOVERNO... UMA QUESTÃO TAMBÉM DE EDUCAÇÃO? Marlécio Maknamara e Marluçy Alves Paraíso apresentam a noção *Foucaultiana* de governo a partir da qual o forró eletrônico pode ser significado como um discurso que, implicado em estratégias específicas de poder, concorre para a produção de subjetividades. Concluem destacando possíveis justificativas para que tal estilo musical venha a ser tomado como objeto também do campo educacional, particularmente no que diz respeito às suas potencialidades em produzir tipos particulares de sujeitos.

O artigo DESAFIOS E AÇÕES PARA A EFETIVA INCLUSÃO EDUCACIONAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, de Eliane Mahl, Fátima Elisabeth Denari, Douglas Roberto Borella, Jalusa Andréa Stoch e Fabiano da Guia Rocha, enfatiza as rápidas e profundas transformações sociais que repercutem, por vezes de maneira dramática nas escolas e acaba obrigando os professores a fundamentarem-se teoricamente para justificar à comunidade escolar e à própria sociedade o que já sabem fazer: transmitir saberes universais construídos historicamente, estreitando assim as relações entre o seu próprio discurso, o da legislação e o de sua prática pedagógica. Em tempos de inclusão, nunca fez-se tão necessária a busca por qualificação na formação profissional, objetivando transformar a sociedade excludente em uma sociedade para todos. Uma sociedade onde todos possam, por meio da educação, refletir criticamente sobre as suas potencialidades e limitações, bem como sobre as de outras pessoas, independente se estas pessoas/alunos apresentam ou não Necessidade Educacionais Especiais. Mesmo talvez com uma visão utópica, não se pode deixar de acreditar que todo ser humano é indispensável e importante para a construção de uma sociedade mais justa. Como o alunado também adquire valores através da educação, que estes valores estejam atrelados ao reconhecimento de que cada ser humano é único e especial, tendo muito a contribuir com suas diferenças.

Walter Lopes de Sousa e Kasandra Conceição Castro de Sousa, no artigo A ESCOLA INDÍGENA MUNDURUKU: O ENSINO DO IDIOMA NATIVO COMO ESTRATÉGIA DE COESÃO SOCIAL,

apresentam a estratégia de afirmação identitária exercida pelos líderes Munduruku. Destacam que as lideranças locais visam promover o respeito aos padrões tradicionais da etnia que segundo seus ideários auxiliaria a manter a sociedade Munduruku coesa, pois esta é uma condição fundamental para a reprodução do grupo social na situação de contato. Enfatizam que a interação e contato com a sociedade nacional fez surgir uma nova ordem social, que guarda tanto elementos da sociedade nacional quanto características tradicionais Munduruku.

Nair Ferreira Gurgel do Amaral, no artigo PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES RIBEIRINHOS NO ESTADO DE RONDÔNIA, apresenta uma detalhada análise que abrange a formação inicial e a continuada, destacando os princípios norteadores e os investimentos na escola. Recomenda maior ênfase nos estágios e propõe concurso diferenciado, não rotatividade dos professores, inclusão, bibliotecas, livros e profissionais comprometidos com as causas dos ribeirinhos. Defende ainda a tese dos currículos abertos e a valorização da afetividade na formação dos professores que atuam em escolas localizadas nas regiões ribeirinhas.

No artigo HABILIDADES METAFONOLÓGICAS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE, Neusa Lopes Bispo Diniz e Lílian Miranda Bastos Pacheco retomam o conceito de consciência fonológica/habilidades metafonológicas e a relevância de suas contribuições para a aprendizagem da linguagem escrita. Oferecem aos educadores da Escola Básica recomendações para o trabalho docente, no âmbito da prevenção/recuperação do enfrentamento de dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita. Dificuldades identificadas em sala de aula relativas às habilidades linguísticas são compreendidas na perspectiva do letramento. A gestão escolar é convocada à assunção de compromisso político educacional democrático e participativo, no sentido de conformar espaços de diálogos e de formação em serviço, no interior da escola, sobre a temática alfabetização/letramento e habilidades metafonológicas.

Verônica Lima Carneiro, no artigo intitulado AS AVALIAÇÕES ESTANDARTIZADAS E O PAPEL DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) NA ETAPA FINAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA, discute a elaboração e implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o qual se destina, dentre outros objetivos,

segundo o discurso oficial, à democratização do acesso ao ensino superior e à promoção da reforma curricular no ensino médio, com vistas à melhoria da educação básica do país. A autoria evidencia que o modelo de avaliação proposto pelo novo ENEM, contrariamente ao discurso da democratização, está fundamentado em uma concepção ranqueadora de avaliação. Não obstante afirmar contribuir com a qualidade do ensino, ao lançar mão de provas construídas sob Matrizes de Referência, o novo ENEM, desenvolvido no bojo das políticas avaliativas implementadas no Brasil, a partir da década de 1990, está impossibilitado de fazer qualquer ligação concreta com a realidade cotidiana dos estudantes, das escolas, das regiões e dos diversos estados brasileiros, contrariando os objetivos pedagógicos das avaliações e se contrapondo, ainda, aos princípios defendidos por uma educação efetivamente emancipadora.

No artigo *AValiação da Aprendizagem no Ensino Superior: Aspectos Históricos*, Ana Maria de Lima Souza discute a dimensão histórica da avaliação da sala de aula, especialmente da avaliação da aprendizagem no ensino superior com o propósito de analisar as repercussões dessa trajetória na prática de avaliação. Apresenta uma revisão sobre a literatura da avaliação escolar, situando-a historicamente. Destaca que no contexto universitário ainda predominam práticas de avaliação mais tradicionais do que transformadoras e os resultados nefastos do processo de avaliação apontados na pesquisa da década de 1980 são reafirmados nas décadas de 1990 e 2000.

Fechando este número, a seção Resenha traz um livro que contribui com análises fecundas, quanto aos processos de imaginação e criação na infância. O resenhista apresenta as principais temáticas desenvolvidas no texto e destaca a importância da obra para os campos da Pedagogia, da Psicologia e da Arte.

Desejamos aos leitores que a Revista *Exitus* estimule os debates sobre a educação, de forma que o aprofundamento das discussões nos auxilie na melhoria da educação com qualidade social.

Erasto Fortes Mendonça

Comitê Editorial

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares

Coordenadora e Editora